



1 **Relato da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – 12/03/2015.**
2 Aos doze dias do mês de março de dois mil e quinze, às quatorze horas, no auditório da Casa
3 da Memória – Centro – Florianópolis/SC se reuniram os integrantes do Conselho Municipal de
4 Habitação de Interesse Social (CMHIS). Na oportunidade estiveram presentes: Domingos
5 Savil Zancanaro, Paulo Bastos Abraham, Betina D’Avila, Simone Caldeira, Fábio Miroski Wolff
6 e Cibele Assmann Lorenzi (SMHSA); Bruno Augusto Silva Palha (FLORAM); Cândido
7 Bordeaux Rego Neto (IPUF); Fabiana Pedrosani (SMC); Marcos Antônio da Rosa e Karina
8 Gonçalves Euzébio (SEMAS); Roberto de Oliveira (ACE); Juan Antônio Zapatel (CAU/SC);
9 Márcia Regina Teschner (FloripAmanhã); Nivaldo Araujo da Silva (Região Norte Ilha); Zébio
10 Corrêa da Silva (Região Sul Ilha); Leonardo Roque Pessina Bernini (Região Leste da Ilha);
11 João Luiz de Oliveira – Gão (Região Continental); Albertina da Silva e Souza (UFECO);
12 Paulina Korc (Secretária Executiva do CMHIS); Melita Marques e Fernando Marques
13 (Comunidade Nova Esperança), somando um total de vinte e duas (22) pessoas presentes.
14 Foram justificadas as seguintes ausências: Renato Carlos da Silva (SMHSA); Aldo Sebastião
15 Lopes Martins (SESP); Calil Cherem Netto (SECOVI); Alsivan Madeira (CRECI/SC) e Claudia
16 Lopes Costa (Região Continental). A Secretária Executiva do Conselho, **Paulina Korc** fez a
17 abertura da reunião cientificando os conselheiros sobre o atraso do Secretário Domingos e, na
18 sequência, passou a palavra ao assessor jurídico Dr. Fábio Miroski Wolff para que fizesse
19 uma explanação sobre a situação da minuta de regulamentação do Fundo Municipal de
20 Habitação de Interesse Social (FMHIS). Tomando a palavra, o **Dr. Fábio** esclareceu aos
21 conselheiros sobre o parecer da Procuradoria Geral do Município - PGM que versa a respeito
22 da minuta de regulamentação, mais especificamente sobre o seu artigo 4º, que trata da
23 composição do Comitê Gestor do FMHIS. O **Dr. Fábio** realizou a leitura do artigo 6º da Lei
24 Complementar N° 472, que trata sobre a composição do Comitê Gestor, e do artigo 4º até
25 então proposto que trata do mesmo assunto na minuta: “**Art. 4º** O Conselho Gestor será
26 composto por 6 (seis) conselheiros incluindo o Presidente, conforme parágrafo 2º, do artigo 6º, da Lei
27 Complementar nº 472, considerando três grupos de representação, quais sejam, governamentais,
28 entidades comunitárias e sociedade civil organizada”. O **Dr. Fábio** então salientou que, conforme o
29 parecer jurídico da PGM, não está clara a redação da Lei, o que pode levar a interpretações
30 diferentes sobre a composição do Comitê Gestor. Após análise e, conforme parecer da
31 Procuradoria, o **Dr. Fábio** sugeriu uma nova redação ao artigo 4º da minuta de decreto, cujo
32 teor transcreve-se a seguir: “**Art. 4º** O Conselho Gestor do FMHIS será composto por 6 (seis)
33 conselheiros com direito a voto, respeitando a paridade prevista no artigo 6º da Lei



34 Complementar nº 472/2013, e mais o Presidente, que somente poderá votar em caso de
35 empate, quando então exercerá o voto de qualidade na forma prevista no § 3º do mesmo
36 dispositivo”. Houve amplo debate a respeito do tema considerando que a Lei do FMHIS já foi
37 pauta em diversas reuniões do Conselho. Após todos os questionamentos vencidos, foi
38 colocada em votação a nova redação proposta para o Art. 4º. A primeira opção era pela
39 permanência da redação; já a segunda opção era em favor da nova redação apresentada pelo
40 assessor jurídico. Assim, por unanimidade, os conselheiros presentes votaram pela alteração
41 da redação. Na sequência, o **Secretário Domingos Savil Zancanaro** informou o Conselho
42 sobre a existência de um parecer jurídico da PGM opinando pela inconstitucionalidade do
43 artigo 4º, Inciso VII, da Lei Complementar nº 472/2013, o qual estabelece que o Fundo pode
44 ser constituído de recursos advindos do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo,
45 esclarecendo que a Constituição Federal veda a vinculação de receita de impostos a órgão,
46 fundo ou despesa. Na ocasião, o Secretário consignou que daria ciência ao Senhor Prefeito
47 Municipal sobre o assunto. **Cibele** lembrou que um dos planos de ação no Plano Municipal de
48 Habitação de Interesse Social (PMHIS) é a proposta de garantir um percentual do orçamento
49 municipal para o FMHIS. Dando prosseguimento à reunião, **Secretário Domingos** relatou a
50 situação das obras dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida Jardim Atlântico e Ponta do
51 Leal. **Domingos** salientou que o Congresso Nacional, até a presente data, ainda não aprovou
52 o Orçamento Geral da União e, portanto, os recursos para os programas não estão sendo
53 liberados pelo Governo Federal. Também informou que está buscando junto ao Ministério das
54 Cidades recursos para várias comunidades, dentre elas: Vila do Arvoredo, PC-3, Vila
55 Aparecida, Boa Vista, Tapera, Morro do Horácio, Transcaeira e terreno do Hélio Costa.
56 **Domingos** anunciou também que o Governo Federal pretende lançar o Programa Minha Casa
57 Minha Vida – Etapa III, talvez em maio ou agosto do corrente ano. Neste sentido, a Secretaria
58 já está com projetos de diversas comunidades em análise na Caixa Econômica para habilitar
59 os mesmos junto ao Ministério das Cidades. **Domingos** esclareceu que para a Vila do
60 Arvoredo a Secretaria está buscando novo recurso junto ao Ministério das Cidades. Também
61 informou que está sendo elaborado o projeto arquitetônico para as áreas do Morro do Horácio,
62 Transcaeira e Helio Costa, sendo que o projeto urbanístico já foi aprovado pela Caixa
63 Econômica. Salientou que nestas áreas é preciso fazer melhorias na infraestrutura para
64 possibilitar a edificação das unidades habitacionais previstas. **Domingos** demonstrou sua
65 preocupação com relação às ocupações irregulares em áreas de risco e inúmeras de alto



66 risco, o que dificulta os órgãos públicos a planejar suas ações. Alertou o Conselho sobre a
67 fomentação de ocupações irregulares em áreas não adequadas para habitação, bem como
68 rompimento de muros de contenção para construção de garagens, colocando as áreas
69 estáveis em áreas instáveis, colocando em risco o próprio projeto. Na Comunidade Santa
70 Vitória, a Prefeitura está pleiteando uma área pertencente ao Estado também para construção
71 de unidades habitacionais. Na Rua da Bica onde foi realizada contenção e está em estudo
72 qual edificação será melhor para o local. Também há o projeto da Tapera com possibilidade
73 de edificar seis blocos de quatro pavimentos. Para viabilizar este projeto deverá ser realizado
74 contato com a comunidade local. Com relação à Comunidade Boa Vista, havia recurso porém
75 não era suficiente para toda a comunidade. **Domingos** disse que será necessário esclarecer à
76 Caixa Econômica a situação desta comunidade para que haja entendimento que não será
77 necessária a remoção de todas as famílias. **Gão** salientou que, no entender da Caixa
78 Econômica, deverão ser removidas todas as oitenta e quatro (84) famílias. **Cibele Assmann**
79 **Lorenzi** esclareceu que a Prefeitura iniciou sua atuação na Comunidade Boa Vista por
80 solicitação do Ministério Público. Também explanou que o Plano Municipal de Redução de
81 Riscos (PMRR) deixa bem claro que quarenta (40) famílias estão em área passível de
82 remoção. Neste sentido, **Gão** disse que é preciso aproveitar o momento político, pois é
83 propício para o município para buscar recursos e apresentar projetos, na esfera estadual e
84 nacional. Dando sequência à reunião, **Cibele Assmann Lorenzi** explanou sobre a
85 disponibilidade de novas áreas para Habitação de Interesse Social (HIS) a partir da aplicação
86 do Plano Diretor vigente. No novo Plano Diretor foram definidas as Zonas Especiais de
87 Interesse Social - ZEIS como sendo as áreas que já estão ocupadas por famílias de baixa
88 renda. **Cibele** relatou também a definição de três tipos de ZEIS: Tipo 1 são as áreas que tem
89 o entorno urbanizado e que não exige muita remoção; Tipo 2 que tem fragilidade ambiental ou
90 de risco no entorno e a Tipo 3 são os novos projetos ou projetos regulares como Nova
91 Esperança, Vila União, Vila Cachoeira, e de outras comunidades que foram construídas e que
92 são de baixa renda. ZEIS 3 estão alguns projetos previstos em que a área está
93 livre/desocupada como Ponta do Leal, Vila do Arvoredo, Tapera, Lar Fabiano. **Cibele** informou
94 que foi realizado estudo com identificação de áreas passíveis de adensamento. São áreas
95 públicas e particulares que estão capacitadas para receber incentivo à construção de
96 habitação de interesse social. Estas áreas de sobrezoneamento foram identificadas em todos
97 os distritos, inclusive com toda infraestrutura no seu entorno. No decorrer da apresentação



98 **Cibele** mencionou as diversas áreas distribuídas nos distritos. **Cibele** colocou à disposição
99 dos conselheiros o material apresentado. Também salientou a importância de publicizar o
100 Plano Diretor à iniciativa privada. “Por onde vamos pegar a terra”, indagou **Pessina**. Por onde
101 vamos definir áreas para produzir HIS. **Domingos** salientou que o poder público está
102 fomentando a iniciativa privada, através do Plano Diretor, para produzir habitação de interesse
103 social. **Cibele** salientou a importância do banco de terras para produzir habitação para famílias
104 de zero a três salários mínimos. **Domingos** exemplificou a Vila Aparecida onde houve
105 negociação da área particular para produção de habitação de interesse social. **Gão** citou as
106 terras da União, salientando que o Conselho poderia pleitear as áreas da União. O Conselho
107 foi informado que Dr. Elton está realizando estudo para identificar áreas do município. Neste
108 sentido, o Conselho propôs que o Procurador Dr. Elton apresente os terrenos já identificados e
109 verificar quais poderão ser utilizados para construção de habitação de interesse social.
110 **Nivaldo** indagou como assegurar os terrenos que são do município definidos para construção
111 de HIS, salientando que há aproximadamente seis ocupações irregulares na área pertencente
112 à CASAN, ao lado da área prevista para construção de habitação de interesse social. Disse
113 ainda que tem pessoas fazendo ocupação sem necessidade, apenas para especulação.
114 **Melita Marques**, Presidente da Associação de Moradores da Comunidade Nova Esperança,
115 participou da reunião e solicitou a colaboração do Conselho com relação à ocupação irregular
116 da Casa Comunitária. Disse que a família, inicialmente permaneceria 3 meses, porém
117 continua no espaço comunitário, por ordem dos traficantes. **Melita** salientou que a
118 comunidade está prestes a perder o recurso proveniente da Itália por estar impossibilitada de
119 executar o projeto. **Domingos** disse que a Secretaria de Habitação irá averiguar a situação e,
120 se for de responsabilidade da Prefeitura, a questão será encaminhada à Procuradoria Geral
121 do Município solicitando a reintegração de posse. Na sequência, foram dados os informes:
122 **Paulina** informou que a reunião foi o Prefeito está pré-agendada para o dia 30 de março, às
123 15 horas, no Gabinete do Prefeito. Também foi tratado sobre a composição da Comissão
124 Executiva, sendo avaliada a falta de assiduidade dos integrantes. Não havendo mais quórum,
125 não houve a reestruturação da Comissão, porém foi agendada uma reunião da mesma para
126 discutir sobre a inconstitucionalidade de um inciso na Lei Complementar nº 472/2013, citada
127 pelo **Presidente do Conselho**. Dispuseram-se a participar da reunião da Comissão Executiva
128 agendada para o dia 19 de março: Pessina, Albertina, Zébio, e Gão, com a participação da
129 Secretária Paulina e do representante da PGM Dr. Nórton. Como informe, **Gão** relatou que em



130 contato realizado com o Prefeito, mencionou a necessidade de alterar a lei do aluguel social
131 prorrogando o prazo do benefício. Com relação à pauta da próxima reunião ordinária do
132 Conselho, Gão propôs a discussão com relação à Ocupação Palmares, pois “quer ver qual é a
133 proposta da Prefeitura”. Neste sentido, Simone Caldeira esclareceu que já existe acordo
134 entre os ocupantes daquela área e a Procuradoria do Município em que as famílias seriam
135 atendidas como demanda aberta e que não poderia haver novas construções. Nada mais
136 havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, Paulina Korc redigi a presente ata.



LISTA DE FREQUÊNCIA

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DIA: 12 de março de 2015
HORAS: 14 horas
LOCAL: Auditório da Casa da Memória – Centro – Florianópolis/SC.

Table with columns: INSTITUIÇÃO, NOME, ASSINATURA. Lists various organizations and their representatives with signatures.



34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
DIA: 12 de março de 2015
HORAS: 14 horas
LOCAL: Auditório da Casa da Memória – Centro – Florianópolis/SC.

Table with columns: INSTITUIÇÃO, NOME, ASSINATURA. Lists various organizations and their representatives with signatures.